

SEGURANÇA *VERSUS* ESTRATÉGIA: SOBRE UM ARTIGO CIENTÍFICO EQUIVOCADO

ANTÓNIO HORTA FERNANDES

Num artigo recentemente publicado na revista *Nação e Defesa* retoma-se uma vez mais a pretensa antinomia entre Estudos Estratégicos e Estudos de Segurança, baseada numa putativa leitura realista da realidade internacional que marcaria os Estudos Estratégicos. Pretende-se mostrar neste breve excurso que a problemática realista em si mesma é exterior aos Estudos Estratégicos, e que a pretensa antinomia se baseia numa visão absolutamente serôdia da natureza da Estratégia, desfocando o seu objeto de forma grosseira e, como tal, enveredando por um mau caminho para combater os fundamentos das teses realistas, mister em si de inteira justiça.

P 2

RESPOSTA À RECENSÃO CRÍTICA DE ANTÓNIO HORTA FERNANDES

GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA

Esta resposta à recensão crítica de António Horta Fernandes ao artigo de minha autoria, recentemente publicado na revista *Nação e Defesa*, procura mostrar que a intervenção de Fernandes serve mais para veicular e reforçar suas próprias teses sobre a Estratégia e as Relações Internacionais do que para dialogar com o artigo que lhe serve de partida. Desse modo, ainda que as suas teses possam ser consideradas relevantes, a sua recensão falha em avaliar o artigo dentro de seus próprios méritos, levando em conta o seu enquadramento, as suas questões centrais, os seus objetivos e o seu ponto de chegada.

P 5

SEGURANÇA *VERSUS* ESTRATÉGIA: SOBRE UM ARTIGO CIENTÍFICO EQUIVOCADO

ANTÓNIO HORTA FERNANDES

Coordenador do 1º ciclo de CPRI da FCSH/UNL

Num artigo publicado na revista *Nação e Defesa*, da autoria de Gilberto Carvalho Oliveira, intitulado “A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana” (Oliveira, 2015: 134-153), bastante coerente na argumentação, mas motivo de grandes perplexidades no conteúdo, defende-se ser a Estratégia uma espécie de aríete das teses realistas acerca da conflitualidade internacional. Embora o autor também utilize a expressão *estudos estratégicos*, maneja sobretudo o vocábulo *estratégia* para designar o campo de estudos respetivo. Parece-nos a designação mais correta. Todavia, sendo essa a aceção comum no pensamento estratégico continental, Gilberto Carvalho Oliveira parece ignorar olímpicamente toda a reflexão continental sobre a Estratégia, considerada consensualmente como a mais elaborada em termos conceptuais. Talvez se pedisse uma atenção particular à escola estratégica portuguesa, embora o tradicional epigonismo de matriz lusa, tenda em geral a mostrar-se mais inebriado da produção estrangeira. Mas se assim é, a escola francesa, pelo menos essa não poderia faltar; e falta. Contudo, já mais espantoso é o autor dissertar criticamente acerca da Estratégia, atendendo apenas ao mundo anglo-saxónico, sem citar uma única vez os mais relevantes estrategistas provenientes desse mesmo

mundo. Nem Liddell Hart, nem Colin Gray, nem Beatrice Heuser, nem Edward Luttwak, para citar apenas alguns nomes mais conhecidos, aparecem citados.

Pretende igualmente Gilberto Carvalho Oliveira ignorar que a Estratégia, situando-se o seu começo, não só como campo disciplinar autónomo, mas como práxis social face ao conflito hostil, no século XVIII, é anterior à disciplina das Relações Internacionais, e como tal as problemáticas teóricas das relações internacionais nem sempre coincidem com as da Estratégia.

Assim, se bem que Colin Gray, Edward Mead Earle, ou Luttwak poderiam ser considerados afins ao realismo, de qualquer forma, algo a verificar mediante uma leitura aturada dos autores, já Beatrice Heuser ou o Liddell Hart, não nos parecem passíveis de serem tão facilmente qualificados na teia dos realismos.

No caso francês, talvez possamos pensar que eventualmente André Beaufre o possa ser. Mas Jean-Paul Charnay ou Lucien Poirier, não nos parece que o sejam. Hervé Coutau-Bégarie, se é realista, sê-lo-á na linha aroniana, caso Aron seja verdadeiramente um realista, algo bastante discutível (Ramon-Fernandes, 2015: 111-122). Em Portugal, Abel Cabral Couto seria um realista aroniano, António Paulo Duarte não o é de todo, Francisco Abreu é completamente omisso quanto

a esta temática, e nós, se nos é permitido, somos claramente avessos ao realismo.

O que é que o autor tem a dizer sobre isto?

Infelizmente nada.

Refere Gilberto Carvalho Oliveira (2015: 135), que a Estratégia tem o seu foco centrado na relação entre a guerra e a política. É verdade se revalorizarmos, e julgamos que bem, a importância da noção de guerra absoluta como valor de utilidade marginal da guerra. Na verdade, a Estratégia tem como objeto a extensão da hostilidade política entre atores políticos, incluindo aquelas manifestações de constrangimento que não são ou ainda não são bélicas (algumas ações no âmbito da guerra sub-versiva, algumas operações de apoio à paz, mesmo no âmbito da estratégia militar, as estratégias inversas, ou as manobras sobre neutros ou aliados), e na guerra, todo o seu espectro, que vai das intervenções insidiosas à luta armada propriamente dita. Existe ainda um outro problema epistemológico com o objeto da Estratégia, mas que aqui não iremos considerar, a saber: se é possível alargar ou não a Estratégia a todas as manifestações agónicas. Contudo, o autor oferece uma definição tão frágil quanto serôdia de Estratégia, enquanto “processo que converte poder militar em efeitos políticos” (Idem: 135), com base num manual pífio na sua fundamentação teórica, como o é publicado há não muito tempo por Kane e Lonsdale (2012)¹.

E se é verdade que os autores anglo-americanos, tendem a concentrar, ou pelo menos a privilegiar em última instância a relação da Estratégia com o poder militar, os estrategistas de nomeada já referidos, oriundos desse mundo, conseguem a espaços ter uma noção de grande estratégia mais ampla. Já o autor do artigo comentado parece adotar alegremente uma perspectiva ultrapassada sem mais. O problema não está em Gilberto Carvalho Oliveira estar a falar do flogisto enquanto o debate hoje é quântico, valha a metáfora, mas em se definir como geocentrista (passe-se), nem sequer heliocentrista, num mundo quântico.

Na verdade, Gilberto Carvalho Oliveira segue os juízos de eminentes internacionalistas, citando Barry Buzan, Lene Hansen, e Peter Burguess (Idem: 138, 141). Na senda daquilo já dito por Ken Booth, o qual definiu os estudos estratégicos como disciplina “*concerned with understanding and explaining the military dimension of International Relations*” (Booth, 1994: 21); e também por Keith Krause e Michael Williams, internacionalistas para quem a segurança reflete sobretudo as dimensões não militares da hostilidade, ou a dirimir posteriormente por via militar, enquanto aos estudos estratégicos caberia refletir predominantemente sobre a dimensão militar (Krause e Williams, 1997: 33). Porém, nesta matéria, o autor deveria tomar-se de cautelas porque tais internacionalistas de eminentes nada têm, para ser eufemístico em extremo. Pelo contrário, como se pode observar, as suas conclusões são demasiado estultas por carecerem de justificação cabal.

Não admira pois que Carvalho Oliveira afirme que para a Estratégia a segurança é definida pelas capacidades militares e de defesa do Estado (Idem: 135) quando, nem a Estratégia tem porque ser estatocêntrica, nem as capacidades militares sobraçam a estratégia. A estratégia militar é apenas uma das estratégias gerais, a par de outras, como a económica, a psicológica, a diplomática, a cultural, a ideológica, etc. É com base nesta perspectiva, que se conclui, de forma inexplicável, ainda admitindo que tal perspectiva fosse verdadeira, que a segurança é um domínio objetivo da Estratégia. Ora, a segurança é somente adjetival relativamente à Estratégia, um qualificador intersubjetivo da realização dos objetivos estratégicos. A noção de segurança não dispõe neste domínio de qualquer substantividade, seja um *constructo* social seja fruto de uma leitura epistemológica objetivista.

Vai insistindo o autor que os estrategistas compartilham com os realistas todo um léxico e um conjunto de referências, seja a ideia de anarquia internacional, seja Maquiavel ou Hobbes, além dos

clichés habituais, impensados, como, por exemplo, a derivação do conceito de anarquia de Hobbes (Idem: 136 e ss.). Gilberto Carvalho Oliveira pensa mesmo que a operação da estratégia a tempo inteiro e em todos os azimutes, fruto da evolução da concepção e da materialidade bélica no século XX, é um desiderato realista (Idem: 137), quando para a maior parte dos estrategistas, os mais e os menos realista, o que está em causa é a preparação para a conflitualidade hostil alargada, que não pode ficar sem resposta, e que a Estratégia deve morigerar, repercutindo sobre a política efeitos de razoabilidade, com o intuito de evitar uma delapidação desbragada de recursos materiais e de vidas.

Na maioria dos casos, mesmo quando estão subjacentes, na forma de implícitos, racionais realistas, os estrategistas não pensam primariamente no potencial de conversão de diversos fatores em instrumentos da força, antes, diante da possibilidade disso acontecer, na melhor maneira de acautelar a resposta para que em primeira mão se possa dissuadir o adversário e fazer com que ele deixe de ser adversário. Objetaria Gilberto Carvalho Oliveira que então os estrategistas realistas, no fundo, são homens da ética do conflito sem o saberem. Estamos totalmente de acordo, mas tal putativa conclusão o que confuta na raiz são as teses apresentadas por si.

Afirma ainda Carvalho Oliveira que a Estratégia se cristaliza, sobretudo nos EUA, durante a guerra fria, muito por força dos problemas criados pelo advento da era nuclear (Idem: 137-138). Tem toda a razão, é durante a guerra fria que a Estratégia adquire velocidade de cruzeiro, atinge a maturidade e começa a desenvolver a concepção avançada sobre a conflitualidade hostil que hoje a caracteriza. Porém, esse património não advém de afiançar a lógica de poder, antes de contrabalançá-la. Face ao aparecimento da arma atômica, já não era possível manter os fatores de acionamento da guerra total, sob risco de uma catástrofe nuclear. É o momento de maior êxito prático da Estratégia,

ao retroagir com amplo sucesso sobre a decisão política, ajudando os decisores a compreender que todas as estratégias de emprego são no essencial, credibilização dissuasora, estratégias declaratórias, visando o não-emprego. A arma nuclear é ventilada mas para não ser usada. Infelizmente, e não estamos de todo a dizer que seja o caso, nem sempre o sentido das estratégias de dissuasão nuclear é claro para os internacionalistas, na medida em que muitas vezes carecem dos conhecimentos básicos de teoria geral da estratégia.

Não nos debruçamos sobre o conceito de segurança em si mesmo, e sobre a Escola de Copenhaga, pois essa não era a razão deste curto excursão. Não obstante, acaso a nossa perspetiva possa ser de algum interesse, e até porque nunca quisemos evitar o debate sobre o feitiço que o conceito de segurança lançou sobre o mundo ocidental nos tempos que correm, podem ler-se as nossas inquietações em (Fernandes, 2011: 65-76) e num artigo de próxima aparição, intitulado "O Conceito de Segurança: Um Obstáculo à Paz".

Em conclusão, Gilberto Carvalho Oliveira é demasiado exagitado em relação à Estratégia, uma irritação que não vale o esforço porquanto erra por completo o alvo. Bombardear um alvo de papel é uma perda de tempo, porque os verdadeiros adversários estão, não tanto no realismo, mas nas lógicas de poder e societais, incluindo as económicas, vislumbráveis por detrás da camuflagem ideológica proporcionada pelos realismos. Necessário é buscar nos fojos do mundo, onde catam os lobos desta Terra, e aí sim, esses sim, acuá-los; que os verdadeiros lobos, os biológicos, coitados, não têm culpa nenhuma. Doutra modo, faz pena o esforço inglório.

NOTAS

¹Em rigor, a definição apresentada por Gilberto Carvalho Oliveira é uma citação dos dois autores britânicos. Estes últimos, todavia, como parecem querer reconhecer outras dimensões operantes na

estratégia contemporânea, tal é a sua evidência, definem a estratégia militar como o uso do poder militar em apoio da grande estratégia (Idem: 13). Grande estratégia essa que combina as atividades militares com outras formas de ação (Idem: 112). Porém, é igualmente certo que Kane e Lonsdale continuam a ver na grande estratégia o predomínio do militar, não sendo também totalmente claro se as outras formas de ação que se mesclam com a estratégia para produzir resultados estratégicos são estratégicas em sentido próprio, ou respondem a distintos empreendimentos e planos. Dá ideia que o não são, se atendermos à definição inicial de estratégia. O que levanta de imediato outra aporia: a de se considerar a estratégia como tarefa de planeamento evacuando a dimensão agónica. Enfim, demasiadas aporias escolares face a uma arquitetura estratégica já robustamente estabelecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Booth, Ken (1994). *Key Guide to Information Sources in Strategic Studies*. London: Mansell.
- Fernandes, António Horta (2011). *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Actualidade*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Krause, Keith e Michael Williams (1997). "From Strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies" em Keith Krause e Michael Williams (eds.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: University of Minnesota Press.
- Oliveira, Gilberto Carvalho (2015). "A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana". *Nação e Defesa* nº140, pp.134-153.
- Ramon-Fernandes, Vítor (2015). "Ontologia e Epistemologia da Ordem Internacional em Raymond Aron". *Relações Internacionais* nº45, pp.111-122.

RESPOSTA À RECENSÃO CRÍTICA DE ANTÓNIO HORTA FERNANDES

GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA

Doutor em Relações Internacionais em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra e investigador-associado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O debate e o intercâmbio de ideias são práticas académicas desejáveis e todo autor deve levar em consideração as críticas recebidas como parte essencial do processo de validação público-científica do conhecimento por ele produzido. Desse modo, a recensão crítica do Doutor António Horta Fernandes ao artigo de minha autoria publicado na edição n.º 140 da revista *Nação e Defesa* é bem-vinda, embora eu seja levado a perceber que as suas objeções parecem destinadas mais ao campo disciplinar das Relações Internacionais e ao modo como os Estudos de Segurança se posicionam em relação aos Estudos Estratégicos, especialmente no mundo anglo-saxónico, do que à argumentação do meu artigo em particular.

Antes de tudo, é importante enfatizar que o meu artigo não é, e nem pretende ser, um estudo sobre a Estratégia. É um artigo sobre o “conceito de segurança” subjacente à convergência entre os Estudos Estratégicos e o Realismo nas Relações Internacionais durante a Guerra Fria e a expansão desse conceito no pós-Guerra Fria dentro do que passou a ser chamado de Estudos Críticos de Segurança. Desse modo, importa investigar o conceito de segurança dominante que emerge nessa convergência e os desdo-

bramentos conceptuais que surgem nos Estudos de Segurança enquanto subcampo das Relações Internacionais, particularmente do ponto de vista da teoria da securitização da Escola de Copenhaga. Seguindo uma das características marcantes do alargamento do debate sobre a segurança nas últimas três décadas, trata-se de uma reflexão que não se condiciona – mas ao contrário procura ir além – do domínio especializado da Estratégia e do campo tradicional da segurança, ainda que isto não signifique ignorar uma porosidade ou os pontos de contato que permitam fortalecer o diálogo e o debate construtivo entre tradicionalistas e não-traditionalistas. Ainda que Fernandes não se reconheça dentro desta narrativa – conforme mostram não só a sua recensão crítica, mas também outros trabalhos de sua autoria¹ – e ainda que se reconheçam as suas inquietações e a relevância de suas contribuições em prol de um debate mais abrangente, aprofundado e nuancado da Estratégia no domínio das Relações Internacionais, não posso deixar de notar que as suas críticas, no caso específico da recensão aqui em questão, servem mais para veicular e reforçar as suas próprias teses do que para dialogar com o artigo que lhe serve de ponto de partida.

As críticas de Fernandes são meramente episódicas, voltadas para um ou outro aspeto do conhecimento sobre a Estratégia que lhe parecem inconsistentes no meu artigo e que, segundo ele, reproduzem os *clichés* de internacionalistas que “de eminentes nada têm” – e aqui ele se refere nomeadamente a Barry Buzan, Lene Hansen, Peter Burgess, Ken Booth, Keith Krause e Michael Williams. Mais importante ainda, sua recensão não provê uma reflexão sobre a forma como suas objeções fragilizam o artigo como um todo, especialmente no que se refere à discussão, que é central no texto, sobre os conceitos de segurança abordados, as suas diferenças e afinidades principais e as suas possibilidades de diálogo construtivo. Na verdade, a sua recensão não se debruça “sobre o conceito de segurança em si mesmo e sobre a Escola de Copenhaga”, por não ser esta a razão de seu excurso (conforme as suas próprias palavras), limitando-se a indicar outras obras de sua autoria para o envolvimento com essas questões. Esta exclusão não teria grande importância se o foco central do meu trabalho não recaísse justamente sobre os aspetos que Fernandes deixa de fora. Em consequência, fica a sensação de que a sua recensão se envolve com questões que, embora relevantes dentro da sua perspectiva especializada sobre a Estratégia, falha em envolver-se diretamente com a argumentação do meu artigo como um todo e de forma particular.

Para além disto, as críticas de Fernandes desconsideram a delimitação e a definição de propósitos, claramente expostas na introdução do artigo, que se fossem levadas em conta elucidariam alguns pontos que lhe parecem “estranhos”. Por exemplo, não há nada de inusitado, embora Fernandes tente apontar o contrário, no facto de este autor não ter explorado a tradição estratégica continental –

á incluída a escola portuguesa, mas principalmente a francesa – ou algumas referências clássicas do pensamento estratégico anglo-saxónico como Liddell Hart e Colin Gray, entre outras. Isto não pode soar estranho porque a opção explicitamente definida na introdução do artigo foi a de abordar a tradição estratégica “sob a ótica das Relações Internacionais” e dentro do movimento de convergência entre estrategistas e realistas durante a Guerra Fria, a fim de examinar o conceito dominante de segurança internacional que emerge nesse processo e contra o qual as perspectivas críticas da segurança se posicionam a partir do fim da Guerra Fria.

Esta problematização leva, naturalmente, às principais referências que se têm envolvido neste tipo particular de reflexão no domínio particular das Relações Internacionais e não, necessariamente, às referências clássicas dos Estudos Estratégicos enquanto campo disciplinar autónomo. Não se pode estranhar, dentro do mesmo critério, a noção incorporada no artigo, tirada do trabalho de Kane e Lonsdale (2012), de que a estratégia pode ser entendida como o processo “que converte poder militar em efeitos políticos”. Embora esta frase soe particularmente incómoda a Fernandes – talvez mais por suas reservas ao livro dos dois autores britânicos como um todo, do que pela frase em si –, não se pode deixar de observar que ela sintetiza o núcleo do pensamento estratégico clausewitziano e a conceptualização de estratégia legada por Liddell Hart, pelo menos dentro da interpretação dominante incorporada às Relações Internacionais. Desse modo, ainda que sejam levadas em consideração as críticas de Fernandes à visão da Estratégia incorporada às Relações Internacionais através das lentes predominantemente anglo-americanas da disciplina, e ainda que seja considerada, em tese,

a noção por ele defendida de que a tradição estratégica continental e uma leitura mais nuançada das referências clássicas da tradição estratégica anglo-saxónica poderiam alterar os *clichés* sobre a Estratégia no domínio das Relações Internacionais, não se pode deixar de notar que essas reflexões são externas aos limites assumidos no artigo e que elas adquirem relevância neste fórum de discussão na medida em que Fernandes instrumentaliza o artigo aqui em pauta para veicular as suas próprias ideias e as suas próprias teses. Mais importante ainda, não se consegue perceber, dentro dos limites da sua recensão, até que ponto uma reinterpretação da Estratégia nas Relações Internacionais, a partir das suas indicações, seria capaz de alterar, substancialmente – e eu sublinho, substancialmente – o núcleo conceptual da segurança dentro da sua versão tradicionalista e desafiar a forma como as abordagens críticas e não-traditionalistas se posicionam em relação a esse núcleo conceptual dominante. Considerando que estas questões conceptuais são centrais no artigo, é legítimo esperar que uma recensão crítica se envolva diretamente com essas questões, o que claramente não foi o caso da recensão aqui em questão em função da ênfase dada por Fernandes aos seus pontos de vista particulares sobre a Estratégia, em detrimento do envolvimento com a conceptualização da segurança em si.

Para concluir, se as observações do Doutor António Horta Fernandes em prol de uma abordagem mais abrangente, sofisticada e complexa da Estratégia nas Relações Internacionais são legítimas e desejáveis, sua recensão crítica não chega a apontar um caminho propício ao diálogo e ao estabelecimento de pontos de contato com os segmentos que talvez pudessem ser as suas audiências preferenciais. Ao contrário, a sua recensão

não vai muito além de desqualificar, através de uma gama de adjetivos demeritórios, o trabalho de um leque de acadêmicos que se têm dedicado a refletir criticamente sobre o conceito de segurança nas Relações Internacionais.

Em segundo lugar, a sua recensão é prodigiosa na defesa da superioridade do conhecimento “especializado” dos Estudos Estratégicos sobre a produção de conhecimento dos Estudos de Segurança, por ele considerada “estulta”, falhando em perceber que as opções ontológicas, epistemológicas e metodológicas destes últimos não implicam na falta de preocupação com a sistematicidade, com o rigor, com a teorização, com a produção de conceitos e com o compromisso de oferecer alternativas legítimas de produção de conhecimento nas Relações Internacionais.

Em terceiro lugar, Fernandes parece não perceber, talvez por privilegiar as suas próprias teses sobre a Estratégia em detrimento do envolvimento com o artigo como um todo, que o ponto de chegada do meu texto é justamente a identificação de pontos de contato e a busca de uma complementaridade conceptual entre as perspectivas mais tradicionais e as perspectivas críticas da segurança, o que indica uma receptividade e uma disposição para o diálogo com a tradição estratégica que contradizem os comentários conclusivos da sua recensão. Finalmente, em consequência de todos os pontos anteriores, a intervenção de Fernandes acaba por exacerbar a polarização entre Estudos Estratégicos e Estudos de Segurança, tratando esses últimos de uma forma caricata e simplificada, replicando, na direção inversa, o mesmo processo que ele pretende denunciar em relação ao tratamento dado à Estratégia no domínio das Relações Internacionais.

NOTAS

¹Ver, particularmente, o seu artigo no n.º 122 da revista *Nação e Defesa*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fernandes, António H. (2009). “A Estratégia e as Relações Internacionais”. *Nação e Defesa* n.º 122, pp. 151-172.
- Kane, Thomas M. e David J. Lonsdale (2012). *Understanding Contemporary Strategy*. London: Routledge.
- Oliveira, Gilberto C. (2015). “A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana”. *Nação e Defesa* n.º 140, pp. 134-153.